

# HIPERTEXTO, PARA UMA ANÁLISE POLÍTICA DA TENSÃO ENTRE LEITOR E AUTOR NO CIBERESPAÇO

Leonardo Pinto de Almeida\*

## RESUMO

Com o advento da Internet e suas tecnologias correspondentes, questionamentos sobre a liberdade e o controle na rede se tornam recorrentes. As promessas derivadas das relações tecidas na rede apontam para um importante instrumento de polêmica e idealização: o hipertexto. O artigo objetiva analisar algumas diferenças e semelhanças entre o codex e a tela, examinando às questões relativas à leitura hipertextual, seja no hipertexto propriamente dito, seja no hipertexto comercial. Considera as tensões entre as figuras do autor e do leitor, e entre a criatividade e o controle. Vemos que com o surgimento do hipertexto, há certa política de resistência à figura autoral se evidencia através da idéia de co-autoria por parte do leitor. No entanto, o comércio digital utiliza tanto a noção de autor, quanto a do próprio hipertexto, para capturar a liberdade leitora e torná-la tributária aos desejos do mercado. O hipertexto nas mãos do comércio é transformado pelas arquiteturas de controle construídas na rede. Deste modo, observamos que a liberdade – como no universo dos livros – não está dada com o surgimento da rede, pois ela deve ser reinventada todos os dias, conjugando tecnologia e criatividade.

## Palavras-chave

LEITURA HIPERTEXTUAL  
LIBERDADE LEITORA  
CONTROLE  
INTERNET  
COMÉRCIO DIGITAL

\* Graduação em Bacharelado de Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduação em Formação de Psicólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.  
E-mail: tazaim@hotmail.com

## I HIPERTEXTO, PARA UMA ANÁLISE POLÍTICA DA TENSÃO ENTRE LEITOR E AUTOR NO CIBERESPAÇO

Em seu livro *Cybertext, perspectives on ergodic literature*, em que analisa as vicissitudes do texto digital, Aaserth (1997, p.13) apresenta de forma precisa o problema, levantado pelo advento da tecnologia computacional e de rede, em se tratando das possíveis relações entre a tecnologia e as formas de escrever e de ler em seu domínio.

É uma crença comum que a evolução rápida, no campo da tecnologia digital, desde a metade do século XX, tenha (entre outros resultados, igualmente, surpreendentes) trazido, de uma forma radical, novas maneiras escrever e de ler.

Neste trecho de seu livro, ele levanta de forma emblemática as questões, geradas pela nova mídia, em relação aos problemas concernentes à leitura e à escrita. Será que a emergência de um novo suporte para a textualidade trouxe realmente novas formas de ler e de escrever?

A dimensão referencial da autoria<sup>1</sup> se encontra, intrinsecamente, ligada aos problemas

<sup>1</sup> Em um trabalho anterior, intitulado *Para uma genealogia da noção de autoria em literatura*, (ALMEIDA, 2006) definimos, seguindo as reflexões tecidas ao longo da obra foucaultiana, cinco dimensões da escrita literária: a *ontológica*, que seria a mais basal das dimensões, associada à criação propriamente dita, e as outras quatro que seriam dimensões de captura da criação – a *legal*, relacionada com a responsabilização ou, a apropriação penal dos discursos; a *jurídica*, relativa ao direito autoral; a *estética*, marcada pela noção de originalidade e; a *referencial*, referente ao papel desempenhado pelo nome do autor na trama discursiva.

relativos à escrita, mas, principalmente, ao modo de apropriação do texto, feito através da leitura. Afinal de contas, a pergunta *Quem escreveu?*, circunscrita por este modo de apreensão do fenômeno literário, remete à noção de escrita, mas também é uma questão recorrentemente entoada pela curiosidade leitora moderna. Ou seja, a leitura e a escrita, vistas como formas de instalação da captura discursiva, retro-alimentam a *mitologia autoral*.

Em *Escrita e Leitura: a produção de subjetividade na experiência literária* (ALMEIDA, 2007), analisamos o papel do nome do autor na trama discursiva, levando em conta a mitologia que gira em torno deste elemento. A *mitologia autoral* seria justamente fruto da reificação desta figura nos discursos que se constituem como saber sobre a leitura por vir. A crítica e a cultura de massa utilizam bem este mecanismo para ordenar o universo dos discursos.

Com o advento da tecnologia computacional e de rede, as questões concernentes à dinâmica referencial aportaram sobre o modelo computacional do hipertexto, por ele apontar teoricamente para novidades nas modalidades de escrita e de leitura. Ou melhor, é sobre o problema hipertextual que os estudiosos se voltam para pensar, se há ou não, um novo estatuto do leitor e do escritor no espaço digital.

Como afirma Aarseth (1997), neste trecho de seu livro, é comum entre os teóricos da rede a crença na existência de novidades, produzidas pelo surgimento do ciberespaço, no campo das atividades ligadas ao ler e ao escrever.

No entanto, a tarefa que nos impõe o presente artigo é o questionamento da real procedência deste fato, ou seja, se o aparecimento da nova mídia trouxe com ela, significantes modificações no âmbito da escrita e da leitura.

O hipertexto, cunhado por Nelson em 1965, é destrinchado pelo olhar atento de Pierre Lévy (1993), em *As Tecnologias da Inteligência*. Ele afirma que o conceito de hipertexto serve como uma metáfora que instrumentaliza a compreensão do fenômeno da comunicação, por ser caracterizado essencialmente, pela associação. Com o hipertexto, as idéias se unem umas as outras, levando a costurar uma teia de relações.

Segundo Lévy (1993), a dinâmica hipertextual é balizada por seis princípios fundamentais: o *de metamorfose*, que marca a essência inacabada do hipertexto, estando ele sempre por fazer, em um movimento contínuo de

reconstrução; o *de heterogeneidade*, que sinaliza a diferença estrutural entre os nós e as conexões que são acionadas pela teia hipertextual; o *de multiplicidade e de encaixe das escalas*, que assinala a organização tecida pelas conexões em rede; o *de exterioridade*, que remete à ausência de unidade e de um motor que gere o movimento das conexões; o *de topologia*, que aponta para o funcionamento dinâmico do hipertexto, determinando o caráter de proximidade e vizinhança que rege as associações conectivas; e o *de mobilidade de centros*, que aposta na falta de um centro único e afirma haver múltiplos centros que se movimentam através das conexões.

O entendimento do hipertexto, seguindo a lógica do pensamento deste autor, nos leva a conceber o hipertexto, em seu caráter ideal, como sendo algo sempre em vias de se fazer, sendo criado em cada momento em que as teias são constituídas. Poderíamos acrescentar aqui, que esta concepção de hipertexto, a muito se assemelha ao movimento propriamente criativo. A noção de co-autoria está ligada à potencialidade criativa, materializada no seio desta conceitualização do espaço hipertextual. A leitura criativa se efetiva idealmente no hipertexto. Por esta razão, percebemos, nas teorias sobre a rede digital, uma grande importância nas análises das práticas de leitura. No entanto, é mister analisarmos mais de perto os fatores associados ao estatuto do leitor que o fizeram e o fazem, um co-autor.

Wirth (1998), em um artigo intitulado *Literatura na Internet: A Quem Interessa, Quem Lê?*, esquadrinha as práticas de leitura, traçadas na rede digital. Sua análise nos encaminha à problemática hipertextual. Ele caracteriza o hipertexto por sua estrutura fragmentada e suas interligações, feitas através dos *links*.

No entanto, quais seriam as ligações observáveis entre hipertexto e leitura? O *link*, instrumento hipertextual de grande relevância, caracteriza uma nova forma de ler ou de escrever?

Wirth (1998, p.96) sublinha que a literatura na rede é vista por uma análise que incide mais sobre o estilo de leitura do que a escrita, assinalando que "o hipertexto consiste, no campo dos meios informáticos interativos, em levar à letra a metáfora da leitura como escrita." Ou seja, idealmente, o hipertexto viabilizaria a materialização da criação leitora. A reificação da criatividade leitora com o advento do hipertexto é justamente a base de uma nova mitologia – a leitoral, ou co-autoral, que faz questão de ignorar as similitudes entre a leitura na tela e no livro.

No entanto, o que faz a leitura ser tão importante nas análises do meio digital é a possibilidade dela deixar traços materiais no seio do texto. No entanto, será que isso é exclusividade do hipertexto? Será que a leitura hipertextual é realmente algo inovador?

Em *O que é o virtual?*, Lévy (1996, p.40) estabelece o caráter de atividade contida na leitura hipertextual, declarando o seguinte:

Para começar, o leitor em tela é mais 'ativo' que o leitor em papel: ler em tela é, antes mesmo de interpretar, enviar um comando a um computador para que projete esta ou aquela realização parcial do texto sobre uma pequena superfície luminosa.

Entretanto, em que consiste este comando *ativo*? Será que ele é mais ativo do que se escolhêssemos as páginas a serem lidas em um códex, através do uso de um índice onomástico ou de um sumário? Ou ainda, este caráter de atividade não é o mesmo que a rebeldia ou a criatividade leitora, assinalada insistentemente por Chartier (1999)?

Em sua argumentação acerca do hipertexto, Wirth (1998, p. 98) concorda, com a afirmação de Lévy, em tributar a existência de um caráter ativo da leitura na rede, indicando que "o leitor é livre de estabelecer sozinho a ordem do discurso ou de se perder na desordem dos fragmentos." Esta afirmativa soa um tanto estranha se pensarmos que a disposição do texto no suporte já é uma forma de ordenação.

De acordo com isso, Chartier (1999, p.8) afirma que a ordenação se dá, tanto pelos desejos do autor, quanto pelos do editor, já que o suporte em si proporciona um modo de apreensão do texto estabelecido.

A ordem dos livros tem também um outro sentido. Manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido do texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis. As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro. Compreender os princípios que governam a 'ordem do discurso' pressupõe decifrar, com todo o rigor,

aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros (e de outros objetos que veiculam o escrito).

Com isso, observemos a importância de pensar que a influência do suporte em que o texto esta inscrito pressupõe já uma ordenação. Desta forma, como podemos medir a diferença relacional traçada entre a liberdade leitora e a ordenação espacial de um texto no códex e na *Internet*, se ambos são atravessados pelos vetores de ordenação e de criação?

Wirth (1998) afirma que a ordenação associativa, tecida na rede, liberta o leitor da *obrigatoriedade do linear*. No entanto, o *link* não estabelecerá uma nova forma de obrigatoriedade?

Este autor, no andamento de sua reflexão, chega a mesma conclusão que Chartier (1999), ao observar a dinâmica do uso do *link*. A total liberdade leitora é impossível. Sempre há restrições e constrangimentos que impõem uma ordenação à leitura. O leitor se relaciona com o texto, oscilando entre imposições e liberdade. O *link* é um mecanismo de ordenação, pois o autor e o editor colocam-no com o intuito de direcionar a leitura, concebendo assim um caminho menos caótico na atividade do leitor digital. Ele é um *filtro de informação*. De acordo com isso, Wirth (1998, p. 108) afirma:

O editor de literatura na *Internet* encontra-se numa posição de tensão, idêntica à de um pêndulo entre dois pólos extremos. Por um lado, está a coerência interna do texto e, por outro, a liberdade do leitor, simultaneamente co-autor, que institui uma coerência através da sua leitura conjunta individual. A questão do autor transforma-se numa questão de estratégia suprapessoal do autor e do editor que organiza o hipertexto. Sem uma tal ordenação discursiva, o hipertexto transforma-se num emaranhado confuso impossível de ser interpretado.

Sem os mecanismos de ordenação, a leitura se tornaria impossível. Esta é a conclusão de Wirth. Daí, podemos tirar que a abertura do hipertexto à criatividade leitora não é total. Como poderíamos então, assinalar a co-autoria como exemplo de que o meio digital é mais livre para a criação leitora do que o códex?

Podemos perceber, ao entrarmos em contato com a nova mídia, que o hipertexto por uma característica de inacabamento essencial, perambula

entre dois pólos: uma corrente que assinala a existência de um hipertexto sempre por fazer, de caráter extensível, diferente de uma obra; e um grupo que marca a potencialidade comercial deste modelo criativo, concebendo-o como uma obra acabada e, de certa forma, empobrecendo o conceito de hipertexto.

Este hipertexto comercial, fechado em si, diferentemente, do hipertexto propriamente dito é essencialmente uma unidade acabada, pois só são vendáveis os produtos intelectuais e artísticos que recebem o verniz de acabamento. O *Cd-rom* é um de seus ilustres representantes, todavia observamos o conceito de hipertexto acabado, sendo proliferado pelo movimento do comércio eletrônico. A noção de autoria atrela-se facilmente a este modelo acabado, pois o conceito de obra e de autor se alimentam um do outro, ajudando a sustentar a transcendência da *mitologia autoral* e, por consequência, da certificação do produto.

No entanto, ao esboçarmos um entendimento acerca do hipertexto que foge à apreensão comercial, notamos que o estatuto do leitor passa a ser confundido com uma noção, talvez ingênua, de co-autoria. Esta co-autoria proclama uma torção mitológica da noção de autor.

## 2 LEITURA HIPERTEXTUAL E AUTORIA: A TORÇÃO MITOLÓGICA

Em nossa tarefa de observação do fenômeno hipertextual, devemos refletir mais sobre a relação entre política e tecnologia.

Nos primórdios da rede, a lógica reinante no ciberespaço era o da troca de conhecimento, feita pela comunidade científica, porque este meio era usado eminentemente para fins de pesquisa. Neste período, o ideal do hipertexto tornou-se uma realidade.

Realmente, ler e escrever estavam bem próximos, pois, no uso dos programas, o leitor ou usuário deixava pegadas, rastros de sua atividade, por causa dele saber manejá-los com mais habilidade do que o leitor digital comum de nossos dias – depois da massificação do uso da rede<sup>2</sup>. No entanto,

<sup>2</sup> Atualmente, passamos por um período de transição nos destinos da rede mundial de computadores. A tensão entre a criatividade e o controle se torna mais evidente em sua dinâmica, devido ao fato da rede ter sofrido mudanças estruturais com o andar dos anos através dos desejos de certificação e de segurança, impostos pelo comércio e por outras seções da sociedade. No entanto, gostaríamos ainda de salientar que com a massificação da rede, podemos observar o aparecimento de uma espécie de informática da repetição, devido à ordenação das arquiteturas atuais da rede e da falta de domínio da maioria dos usuários em relação aos programas que constituem o ambiente digital.

podemos salientar que a atividade do escrever sempre esteve próxima da leitura. A criatividade leitora possibilita, por assim dizer, novas vias de acesso à escrita. Partindo deste raciocínio, poderíamos afirmar que o medo de excesso de textos direcionado à proliferação discursiva, deveria ter seus olhos mais atentos à prática da leitura, devido ao fato incontestado de que a leitura fabrica sentidos diversos e motivações para novos escritos.

Recentemente, com o comércio eletrônico, sendo liberado para atuar na rede de computadores, a política de troca de conhecimento, calcada em uma espécie contínua de conversações criativas, – alimentadas pelas práticas de escrita e leitura digitais, que mantinham o lema da liberdade de expressão, produzido pelo anonimato essencial do ciberespaço – é deslocada para uma questão de busca e de localização de uma fonte segura. Antes, o conhecimento era a meta, agora é o consumo que tende a preponderar.

Contudo, não queremos dizer com isto, que as conversações produtivas foram banidas pelo comércio, muito pelo contrário, elas ainda ocorrem nas comunidades virtuais, mas queremos apenas pontuar que a empresa do controle comercial está se intensificando e crescendo cada vez mais.

Em sua análise acerca do hipertexto, Aarseth (1997, p.78) atenta para o caráter político das definições de autor, de leitor, de hipertexto e de co-autoria, apontando para o fato de que o conceito do hipertexto, munido pela crença na co-autoria do leitor, constrói o fundamento de um “mito do hipertexto.” Refletindo sobre isso, ele observa que:

As forças ideológicas, circundantes à nova tecnologia, produzem uma retórica de novidade, diferenciação e liberdade que funciona obscurecendo o parentesco estrutural mais profundo existente entre as mídias superficialmente heterogêneas (AARSETH, 1997, p.14).

A ideologia tecnológica, que se apodera da rede, cria elementos de diferenciação entre o códex e a nova mídia, produzindo um fenômeno de escamoteamento das continuidades entre elas. O mito do hipertexto – associado intrinsecamente à valorização do papel do leitor como co-autor – oblitera as semelhanças entre a leitura no universo dos livros e no mundo digital, por causa da reificação da figura leitoral.

Aarseth (1997) define o hipertexto como um sistema que tende a organizar fragmentos textuais pelo movimento de interconexões, feitas por

leituras e escritas. O mito hipertextual se sustenta na crença da radical diferença entre o códex e a tela, firmado exclusivamente na co-autoria do leitor, que seria proporcionada pela leitura digital. A crença de que a escrita e a leitura podem se constituir ao mesmo tempo aponta para esta noção de co-autor.

Assim a escrita e a leitura trocam seus papéis. Todo aquele que participa da estruturação do hipertexto, do traçado pontilhado das possíveis dobras do sentido, já é um leitor. Simetricamente, quem atualiza um percurso ou manifesta este ou aquele aspecto da reserva documental contribui para a redação, conclui momentaneamente uma escrita interminável. As costuras e remissões, os caminhos de sentido originais que o leitor inventa podem ser incorporados à estrutura mesma do corpus. A partir do hipertexto, toda leitura tornou-se um ato de escrita. (LÉVY, 1996, p. 46)

A noção de co-autoria se expressa nesta última frase, indicando que toda leitura se tornaria um ato de escrita, ou seja, ela representaria assim, a dinâmica hipertextual pela idéia relativa à criatividade leitora. Deste modo, esta citação de Lévy indica a constituição de um hipertexto que estaria sempre por fazer, marcando a eventual desvalorização da autoria em sua prática de uso, devido à reificação da figura do leitor por trás da noção de co-autoria.

Em *Cibercultura*, Lévy (1999, p. 147) evidencia que a figura autoral surgiu em um período atravessado pela tecnologia escrita, visando o fechamento semântico, universalizando e totalizando o sentido sob o nome do autor. Em outras palavras, a transcendência do autor balizaria o sentido de sua obra, regendo certas relações de leitura<sup>3</sup>.

De fato, o fiador da totalização da obra, ou seja do fechamento de seu sentido, é o autor. Mesmo se o significado se pretende aberto ou múltiplo, devemos ainda assim pressupor um autor se quisermos interpretar suas intenções, decodificar um projeto, uma expressão

social ou mesmo um inconsciente. O autor é a condição de possibilidade de qualquer horizonte do sentido estável.

A figura autoral seria, então, tributária à escrita e visaria a estabilização do sentido do texto. Todavia, com a emergência da tecnologia computacional e de rede, Lévy (1999) afirma haver um declínio da autoria como célula totalizante de um sentido estabilizado.

O entendimento de Lévy (1999, p. 153) acerca da arte virtual facilita-nos compreender a proclamação do suposto declínio da autoria. Ele indica que o caráter ativo da participação dos leitores, a *criação coletiva*, a *obra-acontecimento*, a *obra-processo*, a *interconexão* e a *mistura dos limites* e a *obra emergente* são exemplos dos fenômenos criativos, surgidos na cibercultura. Estas características sinalizam para um sentido a ser criado, um hipertexto aberto que, contrariamente, à necessidade de fechamento estabilizante de sentido, contido nas práticas associadas aos conceitos de autoria e de gravação, – aqui poderíamos acrescentar também, a de obra – estão em vias de se fazer, em vias de construção de sentido.

A figura do autor emerge de uma ecologia das mídias e de uma configuração econômica, jurídica e social bem particular. Não é, portanto, surpreendente que possa passar para segundo plano quando o sistema de comunicações e das relações sociais se transformar, desestabilizando o terreno cultural que viu crescer sua importância. Mas talvez nada disso seja tão grave, visto que a proeminência do autor não condiciona nem o alastramento da cultura nem a criatividade artística.

Em se tratando da concepção de criatividade, Lévy (1999) afirma algo preciso: o autor não é importante para o entendimento da criação. Já que podemos pensar que a autoria surge para amansar, para domesticar o fenômeno criativo, através de um processo de nomeação do desconhecido contido na criação mesma<sup>4</sup>.

No entanto, a criação coletiva, anunciada pela compreensão da atividade hipertextual, pode muito bem cair nas malhas da captura autoral.

<sup>3</sup> É curioso notarmos que a emergência da informática não apaga da sociedade as outras duas tecnologias apontadas por Lévy (1993): a oralidade e a escrita. Somos atravessados pelas três tecnologias concomitantemente, sendo a figura autoral, uma figura recrudescente da tecnologia escrita que ainda exerce, com ajuda do comércio e dos desejos da cultura de massa, seu papel de eminência.

<sup>4</sup> De certa forma, a literatura, sob uma visão ontológica, também não precisaria da remissão à autoria, mas a relação indissociável entre elas se tornou um fato indiscutível, devido ao forte movimento transcendente da captura discursiva. (ALMEIDA, 2007)

Como o pseudônimo e o anônimo, o autor coletivo é uma figura que habita o mesmo mundo *mitológico*, a saber, o *autoral*.

Este conceito de hipertexto aponta para uma desestabilidade e uma abertura constitutivas que o faz muito se assemelhar a uma conversação. Se o entendêssemos como uma conversa, ele seria como uma obra de linguagem que não precisaria de autor algum. No entanto, como a leitura do hipertexto é uma espécie de diálogo com o texto que deixa traços de escrita marcados no espaço digital, a autoria pode ou não surgir.

Aarseth (1997) nota que o *mito do hipertexto*, e da co-autoria, que lhe é concomitante, desvia nossa atenção das semelhanças e das diferenças peculiares, encontradas entre o códex e a tela. Ele diagnostica uma curiosa recorrência na rede: há muitos hipertextos tributários às figuras marcadas pela *mitologia autoral*, devido aos desejos do mercado e a dinâmica de certa informática da repetição associada à ordenação e à certificação de espaços seguros na rede. No entanto, Aarseth (1997, p. 78) acrescenta uma importantíssima indagação que atravessa o problema hipertextual: “Hipertexto é, certamente, uma nova maneira de escrever (com *links* ativos), mas ele é, de fato, uma nova maneira de ler?”

O *link* é a mais importante ferramenta da atividade escrita hipertextual, ela direciona a leitura quase da mesma forma que um índice, mas ela é menos inofensiva, devido ao fato de que é difícil ignorar sua presença, devendo a leitura ser atravessada por escolhas entre *links*.

Aarseth (1997) questiona-se acerca das características políticas e ideológicas que sustentam as divisões definidoras do autor e do leitor e, também, da co-autoria, tão fundamental à mitologia hipertextual.

Ele assinala que a divisão entre autor e leitor, assemelhando-se à de produtor e consumidor, é arraigada por uma forte ideologia reinante no Ocidente, calcada na idéia de mercado. E afirma também (AARSETH, 1997, p.163) que a promoção de “um grupo consumidor ao nível de produtor é uma corajosa afirmação política.”

É como se o conceito de co-autoria viesse como uma forma de resistência à divisão autor-leitor sustentada pelo comércio. Ela seria a efetivação do declínio da figura autoral mediante o surgimento da criatividade leitora, tão bem apontada pelo célebre artigo de Barthes (1984), intitulado *A morte*

*do autor*<sup>5</sup>. A co-autoria – como manifestação da criação na leitura – nutre a mitologia do hipertexto com elementos que reificam assim a figura do leitor como criador e sustentam um contraste excessivo entre a leitura em códex e na tela. No entanto, este foco de crítica aos conceitos estabelecidos pelo comércio, desde os primórdios do século XVIII, não escapam ao uso do mercado. Afinal de contas, a interatividade e a co-autoria são quase como um *slogan* na publicidade de produtos da nova mídia.

Aarseth (1997, p.164) indica também que “a política relativa à relação entre autor e leitor não é, basicamente, uma escolha entre o texto em papel e o eletrônico.” Este ponto é muito importante, pois, no espaço digital, se proliferam hipertextos acabados (fechados em si) e, por conseguinte, atrelados à noção de obra e de autor, sustentando e reproduzindo a divisão relacional autor-leitor.

Com isto, podemos salientar que a noção de co-autoria, advinda com o surgimento do conceito de hipertexto aberto, se põe como uma torção mitológica no âmbito da autoria. No entanto, a novidade mitológica se firma em uma relação direta com a função de referência do nome do autor, logo com as práticas de escrita, e, sobretudo, com um vislumbre da realização da leitura criativa.

### 3 CEGUEIRA, SONHOS E PERIGOS POSSÍVEIS COM O ADVENTO DO HIPERTEXTO

Ao argumentar sobre a revolução eletrônica, em *Cultura Escrita, Literatura e História*, Chartier (2001, p. 146) retoma a análise, feita, em *Do códex à tela* (1999), acerca das novidades produzidas pela nova tecnologia. Ele afirma que a nova mídia disponibiliza três possibilidades, antes apenas sonhadas, na cultura escrita ocidental: *o escrever no texto, o escrever na biblioteca e, a biblioteca universal*.

São os três pontos essenciais, sem que isso signifique que são as realidades do mundo contemporâneo, mas de um ponto de vista teórico são as três grandes modificações: escrever no texto, escrever diretamente na biblioteca e, por último, constituir uma biblioteca universal.

<sup>5</sup> É importante frisarmos que este texto de Barthes é um protesto contra a valorização excessiva dada pela crítica literária francesa à figura autoral e que, neste caso, sua análise perpassa o âmbito da literatura e sua crítica correspondente. Neste artigo, ele aponta que a morte do autor é marcada pela eminência da figura do leitor como criador.

Sobre o códex, a leitura pode se insinuar de forma escrita nas margens e nos espaços em branco. A leitura criativa deixa suas marcas, na brancura do papel, em lugares inofensivos à escrita impressa. Chartier (2001) afirma que o advento da escrita e leitura em tela possibilita o leitor escrever no próprio texto, o modificando ou não a partir de sua disposição.

Observemos que há vários operários do livro mediando, de certa forma, a relação entre o leitor e o escritor. A divisão de trabalho, realizada pelo capitalismo industrial, influiu neste fato. Todavia, ao sinalizar que a tela torna possível *escrever na biblioteca*, Chartier (2001) compreende este acontecimento, utilizando a idéia de simultaneidade e de imediatismo nas possibilidades de intercâmbio entre leitor e escritor. Ele (2001, p. 146) nota que “é possível pensar que a produção livresca pudesse seguir o mesmo caminho e que o momento da escrita poderia ser o próprio momento da leitura: sem mediação nem intermediários.” A produção escrita poderia se apresentar ao leitor no momento em que foi criada, havendo uma relação direta entre o leitor e o escritor.

Entretanto, o evento de mais peso, proporcionado pelo uso da tela seria a possibilidade da realização do *sonho da biblioteca universal*. Realização que, segundo Chartier (1999, p. 105), causaria uma “felicidade extravagante”. Expressão tomada por ele de um escrito borgesiano, para salientar que o fato de tornar realizável a disponibilidade de todo patrimônio escrito da humanidade para a consulta e o uso, através da transmissão eletrônica, proporcionaria uma empresa de grande ventura.

Podemos usar aqui, o duplo significado da palavra ventura que quer dizer, tanto um acontecimento feliz, quanto arriscado, pois é disso que se trata a realização da disponibilização do patrimônio textual pela tecnologia eletrônica. Ela é uma promessa feliz, mas arriscada, por trazer com ela alguns riscos anunciados por Chartier, ao longo, de pelo menos, três textos que versam sobre a revolução eletrônica: *Do códex à tela* (1999), *Cultura Escrita, Literatura e História* (2001) e *Morte ou transfiguração do leitor?* (2002).

Segundo ele, esta promessa do meio digital é atravessada por alguns perigos: o risco do excesso textual; do controle do fluxo textual; e do esquecimento dos referenciais materiais de obras criadas em códex. Ele proclama assim, que devemos ter cuidado com a possível cegueira acarretada pela alegria de ver o sonho da biblioteca realizado.

#### 4 HIPERTEXTO: CONJUGAR CRIATIVIDADE E TECNOLOGIA?

Neste ponto de nossa reflexão, voltemos nosso olhar sobre o hipertexto e o problema da co-autoria observável no meio digital. Com o hipertexto, vemos a possibilidade da realização da criatividade leitora e, talvez, seja este o fundamento da exaltação da idéia de co-autoria. No entanto, ela torce a *mitologia autoral*, fazendo assim parte do mundo mitológico ligado à escrita e às suas apreensões em jogo. Dito isto, podemos sublinhar que se a leitura tornar-se realmente criativa, podendo corromper, rescrever, recriar o texto em formato eletrônico, surgiria, deste modo, a necessidade de captura deste fenômeno.

Em se tratando deste fato, Chartier (2002), em *Morte ou transfiguração do leitor?*, assinala, como Lessig (1999), em *Code and other laws of cyberspace*, a emergência de práticas de controle contrárias à espontaneidade criativa no ciberespaço. Ele marca que o direito autoral, definindo o espaço para transações no meio digital, aponta para o surgimento de forças hegemônicas de controle.

Contudo, se retornarmos as três promessas, advindas com a tecnologia computacional e de rede – o *escrever no texto*, o *escrever na biblioteca* e a *biblioteca universal* – poderíamos dizer que ter tecnologia disponível para a efetuação destes sonhos de uma história da leitura não é o suficiente, pois deve haver “vontade”.

Neste texto de 2002, Chartier observa que a co-autoria, tão prometida pela rede, ainda é apenas uma promessa, pois são muito poucos que conseguem usufruir da tecnologia e, assim, deixar seus traços sobre a escrita estabelecida. No entanto, vemos o ideal do hipertexto sendo esmagado pelo comércio, tanto por este tornar o hipertexto um sistema acabado, fechado em si ligado aos desejos do mercado associados às idéias de certificação, de controle e de segurança, quanto pelo movimento de massificação da tecnologia computacional e de rede, pois são poucos que podem, desta maneira, usar e abusar da escrita e da leitura hipertextual.

Como observamos, ao longo da presente argumentação, muitos dos estudiosos da rede – Aarseth (1997), com sua leitura ergódica; Lévy (1993), com sua análise intrigante da máquina hipertextual; e Chartier (1999), com as promessas da nova mídia – assinalam para a importância do *escrever no texto*, proporcionado pela nova tecnologia. Já foi dito que isto ainda permanece

uma promissora oferta. Mas esta promessa sustenta a *mitologia hipertextual* que afirma a novidade da tela de computador por um grande distanciamento em relação ao códex. No entanto, a tecnologia computacional e de rede inova a leitura ou a realiza?

Há uma noção problemática que atravessa este questionamento: antes, com o códex, era possível somente escrever nas partes em branco do suporte, enquanto que, teoricamente, na tela é possível subverter o texto escrevendo sobre ele<sup>6</sup>. Os teóricos que analisam e, de certa forma, sustentam a *mitologia hipertextual*, subestimam estas anotações feitas sobre o códex. Elas, segundo estes, seriam inofensivas. Mas inofensivas para quem?

Concordando com eles, poderíamos dizer que estas marcas de leitura são inofensivas para o texto estabelecido pelo autor e pelos outros operários da indústria livresca. Contudo, gostaríamos de salientar que elas podem até ser inofensivas para o escrito e para o autor, mas nunca para o novo leitor. Quando se pega emprestado um livro de Nietzsche de um amigo, entendido em filosofia, nota-se este fato. Através da leitura do texto, cujas partes exaltadas por estarem sublinhadas ou as anotações contrariando ou concordando com o autor, observa-se a provocação da leitura, proporcionando, tanto um diálogo com o autor, quanto com o leitor anterior. As marcas deixadas por uma leitura nunca são inofensivas de todo.

Já a questão da promessa do *escrever na biblioteca*, espécie de interferência do leitor na

própria criação, se sustém sobre a idéia de que a rede proporcionaria uma relação entre o leitor e o escritor sem o intermédio dos mecanismos usados pelo mercado. Vimos, ao longo de nosso questionamento, que com a emergência do comércio eletrônico, o instrumental de controle de transações comerciais tem se intensificado e sustentado cada vez mais a divisão entre o leitor e o autor. O comércio mantém o distanciamento entre estas duas funções, pois é pelo seu intermédio que as relações de usufruto são negociadas.

Já o *sonho da biblioteca universal* permanece apenas como um potencial a ser conseguido. Entretanto, o comércio não se apresenta como um empecilho para isto, pois as *arquiteturas de controle*<sup>7</sup>, surgidas pela sua demanda por segurança, podem ajudar no estabelecimento da organização estrutural da rede, possibilitando o melhor acesso ao patrimônio textual, contido no espaço digital.

Como se vê, com o ciberespaço não surgem formas totalmente novas de ler e de escrever. Há muitas continuidades entre a tela e o livro. No entanto, ela realiza, ao menos, teoricamente, a materialização da liberdade leitora. Mas, gostaríamos de pontuar que a existência da tecnologia não garante de forma alguma a produção livre e criativa. As teias de controle se apresentam como efetivas, mostrando-nos que a tela não é um espaço mais livre do que o livro, só porque nela seria possível a emergência da leitura criativa. Para isto ocorrer, devemos nos reapropriar do meio, conjugando criatividade e tecnologia.

## HYPertext, TOWARDS A POLITICAL ANALYSIS OF THE TENSION BETWEEN READER AND AUTHOR IN CYBERSPACE

### ABSTRACT

*With the corresponding advent of the internet and its technologies, it becomes recurrent the questionings on freedom and control in the Net. The promises, from the relations weaved in the net, point out to an important tool of controversy and idealization: The Hypertext. The present paper aims to analyze some differences and similarities between codex and the screen, examining some issues concerning the hypertextual reading. Thus it considers the tensions between the images of the author and the reader, as well as between creativity and control. We see that with the emergency of the hypertext, a certain policy of resistance to the author image is evident through the idea of co-authorship on the part of the reader. However, the digital commerce uses both, the author notion, and*

<sup>6</sup> Antes da maquinaria de Gutenberg ser inventada, a prática dos copistas trazia a possibilidade da corrupção dos textos pela prática da leitura deste que copiava uma obra. Ele poderia inserir, na cópia de um escrito de um autor qualquer, seus pensamentos no corpo do próprio texto, corrompendo-o, deste modo. Segundo Chartier (2001), a emergência da tecnologia computacional e de rede proporcionaria, potencialmente, uma corrupção muito semelhante.

<sup>7</sup> As arquiteturas de controle é um conceito forjado por Lessig (1999) para designar a mudança estrutural da rede de computadores de uma forma libertária e caótica para arquiteturas que visam o controle e a certificação para tornar as transações comerciais seguras.



the Hypertext itself, to trap the reading freedom, in a taxed market wishes. Thus, Hypertext, under the commerce power, is transformed by the architectures of control constructed in the net. In this way, we observe in this paper that freedom - as in the universe of books - is not given with the arising of the Net, on the contrary, it must be reinvented every day, joining together technology and creativity.

**Keywords**

HIPERTEXTUAL READING  
READING FREEDOM  
CONTROL  
INTERNET  
DIGITAL COMMERCE

---

Artigo recebido em 01.04.2007 e aceito para publicação em 23.04.2007

---

**REFERENCIAS**

AARSETH, E.J. *Cybertext, perspectives on ergodic literature*. Baltimore, U.S.A.: The Johns Hopkins University Press, 1997.

ALMEIDA, L.P. Para uma genealogia da noção de autoria em literatura. In: FURLANETTO, M.M.; SOUZA, O. (Orgs.). *Foucault e a autoria*. Florianópolis - SC: Insular, 2006. p. 65-84.

\_\_\_\_\_. *Escrita e Leitura: a produção de subjetividade na experiência literária*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia. Rio de Janeiro: Puc-RJ, 2007.

\_\_\_\_\_. A morte do autor. In: *O Rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira. SP: Brasiliense, 1984, p. 65-70.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução Mary Del Priori. Brasília: Ed. Universitária/UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. *Cultura escrita, literatura e História*. Tradução Ernani Rosa. Rio Grande do Sul: Artmed, 2001.

\_\_\_\_\_. Morte ou transfiguração do leitor? In: *Os Desafios da escrita*. Tradução Fulvia M.L. Moretto. São Paulo: Ed. Universitária/Unesp, 2002. p. 101-123.

LESSIG, L. *Code and other laws of cyberspace*. New York, USA: Basic Books, 1999.

LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência, o futuro do pensamento na Era da Informática*. Tradução Carlos Irineu Costa. São Paulo: Editora 34, 1993.

\_\_\_\_\_. *O que é o virtual?* Tradução Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

\_\_\_\_\_. *Cibercultura*. Tradução Carlos Irineu Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

WIRTH, U. Literatura na Internet, Ou: A Quem Interessa, Quem Lê? In: GIANNETTI, C (Ed.). *Ars Telemática, telecomunicação, Internet e ciberespaço*. Lisboa: Relógio d'água, 1998. p. 93-116.